

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

AO COLENDO PLENÁRIO DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL  
FEDERAL.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR RICARDO  
LEWANDOWSKI.

Reclamação nº 43.007 - DF

- I. **VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE DE TERCEIROS:** Eventual utilização indevida do conteúdo sem autenticidade comprovada apreendido pela Operação *Spoofing* violará a garantia fundamental prevista pelo inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal não só dos Requerentes-Agravantes como de todos os demais agentes públicos mencionados no âmbito da Ação Penal nº 1015706-59.2019.4.01.3400, bem como ocasionará grave afronta ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal e ao princípio do devido processo legal;
- II. **PROVA ILÍCITA E AUSÊNCIA DE CADEIA DE CUSTÓDIA:** O conteúdo das mensagens apreendidas pela Operação *Spoofing* não foi periciado. *Data maxima venia*, ao contrário do que consta da r. decisão de 28 de dezembro de 2020, o laudo pericial 1458/2019 /DITEC/INC/PF atesta apenas e tão somente que o conteúdo apreendido com os réus (*hackers*) a partir daquele momento (busca e apreensão) não poderia mais ser editado sem conhecimento da Polícia Federal, não atestando, portanto, de forma nenhuma, a veracidade do conteúdo ou afastando eventual criação, alteração, edição ou acréscimo que tenha sido realizado pelos réus em momento anterior à apreensão; e
- III. **ILEGITIMIDADE:** Luiz Inácio Lula da Silva não foi vítima da atuação dos réus da Operação *Spoofing* e, desta forma, não tem legitimidade para pleitear acesso aos arquivos apreendidos.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Sucessivamente, na remota hipótese de V. Exa. entender por bem não reconsiderar as r. decisões ora impugnadas, requer a imediata inclusão do feito em pauta para julgamento, para que possa ser processado e apreciado pelo C. Plenário desse E. Supremo Tribunal Federal.

Por fim, requer, **sob pena de nulidade**, que todas as futuras intimações referentes ao presente feito sejam feitas **exclusivamente** em nome dos advogados **Dr. Marcelo Knoepfmacher**, inscrito na OAB/SP sob o nº 169.050, e **Dr. Felipe Locke Cavalcanti**, inscrito na OAB/SP sob o nº 93.501.

Termos em que,  
P. deferimento.

De São Paulo, SP, para Brasília, DF,  
em 26 de janeiro de 2021.

**Marcelo Knoepfmacher**  
**OAB/SP nº 169.050**

**Felipe Locke Cavalcanti**  
**OAB/SP nº 93.501**

**KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS**

**RAZÕES DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO / AGRAVO INTERNO  
COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 317 DO REGIMENTO INTERNO  
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL C/C O ARTIGO 1.021 DO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**Agravantes: DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, JANUÁRIO PALUDO, LAURA GONÇALVES TESSLER, ORLANDO MARTELLO JUNIOR, JÚLIO CARLOS MOTTA NORONHA, PAULO ROBERTO GALVÃO DE CARVALHO, ATHAYDE RIBEIRO COSTA**

**Agravado: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.**

**EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,**

**COLENDO PLENÁRIO,**

**EMINENTES MINISTROS,**

**I – DOS FATOS**

Trata-se de Reclamação nº 43.007-DF, proposta por Luiz Inácio Lula da Silva contra decisões proferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, no âmbito da Ação Penal 5063130-17.2016.4.04.7000 e do Acordo de Leniência nº 5020175-34.2017.4.04.7000, que estariam contrariando a autoridade do Supremo Tribunal Federal por limitarem o acesso da defesa do Reclamante ao conteúdo desses processos, em ofensa à Súmula Vinculante 14 e ao decidido na Rcl. 33.543/PR-AgR-AgR-ED-AgR, de relatoria do Ministro EDSON FACHIN, em que V.Exa., eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, foi designado Redator para o acórdão.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Em 16 de novembro de 2020, foi proferida a r. decisão nos presentes autos:

*“Diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido para, confirmando a medida cautelar, determinar ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR que libere, incontinenti, o acesso da defesa aos elementos de prova e demais dados constantes do Acordo de Leniência 5020175-34.2017.4.04.7000 que façam referência ao reclamante ou que lhe digam respeito, notadamente: (...) (ii) à troca de correspondência entre a “Força Tarefa da Lava Jato” e outros países que participaram, direta ou indiretamente, da avença, como, por exemplo, autoridades dos Estados Unidos da América e da Suíça;”*

Assim, no curso da presente Reclamação, o Reclamante alega em manifestação datada em 23 de dezembro de 2020, em apertada síntese, apenas no que diz respeito ao presente Agravo Regimental, que a E. Corregedora-Geral do Ministério Público Federal, ao prestar informações acerca da existência de registros das tratativas realizadas pelo MPF de Curitiba com autoridades e instituições estrangeiras no que se refere ao Acordo de Leniência nº 5020175-34.2017.4.04.7000, apresentou justificativa, nas palavras do Reclamante, *“minimamente verossímil”* de que *“não há registro de contatos ou tratativas estabelecidas entre autoridades brasileiras e dos Estados Unidos da América ou da Suíça para a celebração de acordos de leniência com o grupo empresarial Odebrecht”*.

Em razão da manifestação acima mencionada, o Reclamante aduz ser *“público e notório que, a partir de 09 de junho de 2019, o Portal The Intercept Brasil, em parceria com outros veículos de imprensa (v.g. Jornal Folha de S. Paulo, Veja, Portal UOL, El País, Agência Pública, Buzzfeed e o jornalista Reinaldo Azevedo), deram início a histórica série de notícias intitulada de Vaza Jato, na qual se deu publicidade a inúmeras comunicações mantidas a partir de aparelhos funcionais (i) entre o então juiz SÉRGIO MORO e o procurador da República DELTAN DALLAGNOL e (ii) entre os membros da Força-Tarefa*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*“Lava Jato” em Curitiba/PR. Essa troca de mensagens entre o ex-juiz SÉRGIO MORO, responsável pela instrução do processo de origem, e os procuradores da República que atuaram no referido feito, ora desnudada, foi realizada em aparelhos funcionais e dizem respeito, entre outras coisas, ao processo em referência.”*

Ressaltou, ainda, o Reclamante, que a suposta veracidade do conteúdo de tais mensagens teria sido atestada por diversos veículos de imprensa, por hipotéticas perícias que sequer foram realizadas no âmbito judicial e por terceiros referidos nos autos. Além disso, a fim de dar uma conjectura de veracidade às supostas mensagens publicadas pela “Vaza Jato”, menciona uma *“entrevista recentemente concedida pelo suposto hacker que logrou capturar o material em comento, confirmando a autenticidade do acervo custodiado pela Polícia Federal e que revelam, entre tantas outras ilegalidades, verdadeira cruzada judicial travada contra o Reclamante.”*

Deve-se deixar muito claro, conforme se reforçará adiante, que, para além da ilicitude da prova, jamais foi demonstrada a autenticidade, a integridade e a cadeia de custódia do referido material de natureza digital, facilmente adulterável. Não se tem documentado como foi obtido e preservado o material. A palavra do próprio “hacker”, investigado ou processado por uma série de crimes que incluem fraudes, evidentemente não tem a credibilidade necessária para substituir as exigências oficiais de registro documental da cadeia de custódia e perícia. Some-se que o acesso de terceiros ao material ampliará a violação já ocorrida das garantias fundamentais previstas pelo inciso X, artigo 5º, da Constituição Federal, no que se refere a diversos agentes públicos que tiveram suas contas eletrônicas de aplicativos e e-mails invadidas de forma criminosa.

O Reclamante conclui que: *“a recalcitrância dos membros da auto apelidada Força-Tarefa da “Lava Jato”, bem como seus respectivos esclarecimentos mendazes prestados, foram terminantemente contrastados por inúmeros episódios da Vaza Jato, cujo material base que vem subsidiando as publicações estão originalmente em poder do Estado, ora apreendidos no bojo da Operação Spoofing (Inquérito n.º 1017553-96.2019.4.01.3400/DF - 10ª. Vara Federal Criminal de Brasília/DF). Atualmente, o material integra múltiplos procedimentos em curso neste Pretório Excelso – havendo notícias, inclusive, de que um dos algozes do Reclamante logrou obter acesso a arquivos periciados*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*para se defender em procedimento administrativo, instaurado em função justamente de um episódio publicado pela Vaza Jato.”*

Compre-nos esclarecer que “*um dos algozes do Reclamante*” mencionado no trecho acima transcrito é o Procurador da República, Dr. **DIOGO CASTOR DE MATTOS**, um dos assistentes de acusação e que efetivamente é vítima dos crimes cometidos e apurados pela Ação Penal n.º 1015706-59.2019.4.01.3400, assim como todos os demais Requerentes-Agravantes.

Com essas considerações, o Reclamante pleiteou, de forma incidental, com fundamento nos artigos 6º, 8º, 77, I e 139, IV, todos do Código de Processo Civil, para supostamente contrastar as afirmações da Força-Tarefa da “*Lava Jato*” que integram as informações trazidas aos autos pela e. Corregedora-Geral do Ministério Público Federal, fosse determinado o *compartilhamento* dos arquivos apreendidos no bojo da Operação *Spoofing* (Inquérito n.º 1017553-96.2019.4.01.3400/DF - 10ª. Vara Federal Criminal de Brasília/DF).

Daí que sobreveio a r. decisão proferida em 28 de dezembro de 2020, por meio da qual foi deferido o pedido de compartilhamento de prova com a seguinte determinação:

*“Em face do exposto, DETERMINO ao Juízo da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal que assegure ao reclamante, com o apoio de peritos da Polícia Federal, dentro do prazo de até 10 (dez) dias, o compartilhamento das mensagens arrecadadas pela Operação Spoofing que lhe digam respeito, direta ou indiretamente, bem assim as que tenham relação com investigações e ações penais contra ele movidas na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba ou em qualquer outra jurisdição, ainda que estrangeira.”*

A fim de dar cumprimento à r. decisão proferida por este E. STF acima transcrita, no dia 12 de janeiro de 2021, a D. Autoridade da Polícia Federal comunicou formalmente ao D. Juízo da Ação Penal em referência (doc. anexo),

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

sobre a impossibilidade de se desmembrar as supostas mensagens da forma como determinado na referida decisão e, desta forma, comunicou-se que “*em cumprimento à decisão em questão, foi fornecido todo o material obtido em poder de WALTER DELGATTI NETO [Equipe 1 - Fase 01], no qual se encontram as referidas mensagens.*” (destacou-se e grifou-se)

O motivo da entrega integral (e indevida!) dos arquivos ao Reclamante foi justificado, pela D. Autoridade policial, nos seguintes termos:

*“Diante dos termos da decisão, consignou-se que a avaliação daquilo que diz respeito direta ou indiretamente ao reclamante exigiria a análise manual de todo o conteúdo apreendido, o que sequer ocorreu no curso da própria OPERAÇÃO SPOOFING, pois o teor das conversas obtidas não era objeto de investigação. Por outro lado, tal análise restaria inviabilizada ante o exíguo prazo e a necessidade de se voltar elevados recursos humanos por grande período de tempo. A fim de viabilizar uma análise automatizada, oficiou-se a defesa do Advogado do reclamante, informando-lhe de tais circunstâncias, solicitando o encaminhamento dos termos / expressões que, na visão da defesa, contemplariam seu cliente.”*

Verifica-se, portanto, que a D. Autoridade policial descumpriu a ordem emanada por este E. STF, ao entregar ao Reclamante a integralidade dos arquivos apreendidos em posse do réu Walter Delgatti Neto e não apenas o que dizia respeito ao Reclamante.

Assim, o Reclamante está em posse hoje, ou em vias de tomar posse, de todo o material, de forma indiscriminada, em completo desrespeito às decisões proferidas na presente Reclamação que determina apenas a entrega de material “*que lhe diga respeito, direta ou indiretamente, bem assim as que tenham relação com investigações e ações penais contra ele movidas na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba*”

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Todavia, conforme se depreende da presente Reclamação, o Reclamante, não satisfeito com a obtenção do referido material, impugnou a entrega limitada aos arquivos encontrados em posse do corréu WALTER DELGATTI NETO e pleiteou, novamente, o acesso à totalidade dos arquivos apreendidos, ocasião em que, em 22 de janeiro, foi proferida nova decisão nos autos desta Reclamação a determinar que a Polícia Federal:

*“(i) franqueie à defesa do reclamante o acesso, imediato e direto, à íntegra do material apreendido na Operação Spoofing, compreendendo aquele encontrado na posse de todos os investigados, sem restringir-se apenas aos dados achados em poder de Walter Delgatti Neto, o que deverá ocorrer na sede da Polícia Federal em Brasília-DF;*

*(ii) seja permitido à defesa do reclamante fazer-se acompanhar por até 2 (dois) assistentes técnicos, devidamente compromissados a manter o sigilo profissional, sob as penas da lei, de maneira a facilitar o acesso ao referido material, sempre com o apoio e acompanhamento de peritos federais;*

*(iii) defina, em comum acordo com a defesa do reclamante e seus assistentes técnicos, as etapas e o prazo de todo o procedimento, assegurando-lhes os meios que garantam a celeridade da conclusão dos trabalhos;*

*(iv) elabore, ao final de cada etapa, uma ata circunstanciada acerca dos elementos encontrados, com exclusão daqueles que digam respeito exclusivamente a terceiros, cujo sigilo deverá ser rigorosamente preservado, registrando também, se for o caso, eventuais dificuldades técnicas, superadas ou remanescentes;*

*(v) encaminhe as mencionadas atas periodicamente ao Juízo da 10ª Vara Criminal do Distrito Federal, que deverá enviá-las prontamente a esta Suprema Corte;*



KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*(vi) entregue à defesa, ao término de cada etapa, mediante recibo, em mídia eletrônica, cópia de todo o material que diga respeito, direta ou indiretamente ao reclamante, nos exatos termos da determinação datada de 28/12/2020, supratranscrita.*”

(destacou-se e grifou-se)

Como se verifica, a r. decisão acima **NÃO AUTORIZA** que o Reclamante (que não é vítima na aludida ação penal e que, portanto, não tem sequer legitimidade para postular em seu nome) tenha acesso à integra do material apreendido com todos os réus da Ação Penal, **nem mesmo tenha acesso ao material que já lhe fora entregue, inadvertidamente, pela Autoridade policial.**

Por esse motivo, os Procuradores da República ora Requerentes-Agravantes, vítimas dos crimes cometidos pelos corréus da Ação Penal nº 1015706-59.2019.4.01.3400, que efetivamente **tiveram suas contas do Telegram invadidas indevida e criminosamente, assim como vítimas da divulgação de supostas mensagens de modo distorcido ou fraudado (cujo conteúdo ou veracidade aliás não se pode comprovar, eis que sua integridade e autenticidade não foram comprovadas)**, apresentam o presente pedido de Reconsideração / Agravo Regimental, a fim de requerer a reforma das decisões proferidas na presente Reclamação para que **NÃO SEJAM ENTREGUES** os arquivos ao Reclamante e, na hipótese do material que já tenha sido entregue, que o Reclamante seja compelido a devolvê-lo e/ou seja impedido de utilizar-se dos respectivos conteúdos, **evitando-se, assim, uma ampliação da violação à garantia fundamental prevista pelo inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal, bem como de grave afronta ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal e ao princípio do devido processo legal.**

Os requerentes reiteram, nesta oportunidade, o que já expuseram diversas vezes: **foram vítimas de hackeamento, mas não reconhecem as supostas mensagens que foram maldosamente divulgadas de modo distorcido ou editado, de modo a apresentar suposições de ilegalidades que nunca ocorreram e, por isso, mesmo, jamais foram confirmadas** na análise

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

das centenas de procedimentos do caso Lava Jato. Sua atuação sempre se pautou pela legalidade, com base em fatos, provas e na lei.

Ao mesmo tempo, como vítimas do crime de *hackeamento*, há supostas mensagens suas em poder dos *hackers* e, ainda que não se possa definir o que há de verdadeiro, o acesso a elas por terceiros poderá ampliar a violação já ocorrida da sua intimidade e privacidade, colocando em risco inclusive a vida das vítimas dos crimes e de seus familiares. Nas mensagens que trocaram ao longo dos anos, por meio de diversos aplicativos, por exemplo, os postulantes enviaram e receberam fotos de família suas e de terceiros, dados sobre escolas e locais frequentados pelos filhos, endereços residenciais e outras informações acobertadas pela privacidade. Se esses dados tiverem sido obtidos, no caso de agentes públicos que atuam contra a macrocriminalidade, **trata-se, mais do que matéria de simples privacidade, de questão de segurança para a vida e integridade física e moral de suas famílias.**

Conforme restará demonstrado adiante, os pedidos ora apresentados se baseiam, em resumo, nas seguintes fundamentações: e **(i)** eventual utilização indevida do conteúdo sem autenticidade apreendido pela Operação *Spoofing* violará a garantia fundamental prevista pelo inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal não só dos próprios Requerentes-Agravantes como de todos os demais agentes públicos mencionados no âmbito da Ação Penal nº 1015706-59.2019.4.01.3400, bem como ocasionará grave afronta ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal e ao princípio do devido processo legal; **(ii)** o Reclamante não tem legitimidade para sequer pleitear acesso aos arquivos obtidos com a Operação *Spoofing*, tendo em vista que seu aparelho de celular e/ou sua conta no *Telegram* não foram invadidos, ou seja, o Reclamante não é vítima na Ação Penal em referência; **(iii)** o conteúdo das supostas mensagens apreendidas com os Réus na Operação *Spoofing* não foi periciado. Com efeito, ao contrário do que consta na r. decisão de 28 de dezembro de 2020, **o laudo pericial 1458/2019 /DITEC/INC/PF atesta apenas e tão somente que o conteúdo apreendido nos dispositivos eletrônicos dos réus (*hackers*) a partir daquele momento não poderia ser editado sem conhecimento da Polícia Federal, mas não atesta, de forma nenhuma, a veracidade do conteúdo ou afasta eventual criação, alteração, edição ou acréscimo que tenha sido realizado pelos criminosos em momento anterior à apreensão.**

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Senão Vejamos.

**DO DIREITO**

**Da Violação da Intimidade e da Vida Privada dos Requerentes-Agravantes e de Demais Agentes Públicos que tiveram suas Contas em Aplicativo Eletrônico invadidas**

Nos termos do que consta nas próprias decisões ora impugnadas, o Reclamante não pode ter acesso ao conteúdo integral das supostas mensagens, em especial àquelas que dizem respeito a terceiros, sob pena de grave e inaceitável violação à garantia fundamental prevista pelo inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal, sendo que **está em risco a violação da intimidade e segurança física e moral não só dos Requerentes-Agravantes, mas também de todas as demais autoridades e agentes públicos que tiveram suas contas em aplicativo eletrônico invadidas de maneira criminosa.**

Todavia, com o compartilhamento das provas da maneira como vem sendo realizado, **especialmente pelo fato de a Polícia Federal ter comunicado nos autos da Ação Penal que entregou ao Reclamante o conteúdo integral e indiscriminado do material que foi apreendido com o réu Walter Delgatti Neto,** contrariando a determinação desse E. STF nessa Reclamação, está-se diante de gravíssimo risco e violação à ordem jurídica com a transgressão total do direito à inviolabilidade da privacidade e intimidade dos Requerentes-Agravantes – e de diversos outros agentes públicos.

Evidencia-se, portanto, que as r. decisões que determinaram o compartilhamento dos arquivos apreendidos na Operação *Spoofing* devem ser reformadas, para que **NÃO SEJAM ENTREGUES** os arquivos ao Reclamante e, na hipótese de o material já ter sido entregue total ou parcialmente, que o Reclamante seja compelido a devolvê-lo e/ou seja impedido de utilizar-se dos respectivos conteúdos.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

**Da Ilegitimidade do Reclamante Para Pleitear Acesso aos Autos da Ação  
Penal n° 1015706-59.2019.4.01.3400**

Conforme se verifica, o Reclamante não foi vítima dos *hackers*, hoje qualificados como réus nos autos da Ação Penal n° 1015706-59.2019.4.01.3400. Tampouco teve seu aparelho de celular ou qualquer outro dispositivo ou conta de aplicativo eletrônico invadida, bem como não há qualquer registro de mensagens trocadas pelo Reclamante com quaisquer das efetivas vítimas da referida Ação Penal.

Por outro lado, todos os Requerentes-Agravantes que ora impugnam as r. decisões proferidas no âmbito da presente Reclamação, assim como diversos outros agentes públicos, tiveram as nuvens de suas contas de aplicativos de mensagens invadidas de forma criminosa.

Não sendo o Reclamante vítima dos crimes apurados pela referida Ação Penal, não figurando sequer como ofendido ou prejudicado pelos atos praticados pelos autores dos crimes, este não sofreu qualquer dano em razão dos atos praticados pelos réus e, portanto, não tem legitimidade para obter acesso aos arquivos apreendidos pela Operação *Spoofing*.

Ora, tanto isso é verdade que o Reclamante não se habilitou nos autos da Ação Penal como assistente de acusação nos termos do artigo 268 do Código de Processo Penal.

Além disso, a justificativa de que o conteúdo dos arquivos, no que se refere às mensagens supostamente trocadas entre os agentes públicos cujas nuvens de suas contas de aplicativos de mensagens foram invadidas, poderia, eventualmente, servir de prova para sua defesa técnica nos processos em que é acusado de crimes de corrupção passiva, não se sustenta justamente pelo que restará demonstrado no próximo tópico, ou seja, o conteúdo dos arquivos apreendidos não teve sua integridade ou autenticidade demonstradas, além de faltar a necessária demonstração da cadeia de custódia do material. Consequentemente, trata-se de material imprestável, que teve supostos trechos

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

divulgados e não reconhecidos pelos Requerentes-Agravantes e cuja veracidade não se pode comprovar.

Todos os fatos e provas existentes contra o Reclamante foram apresentados nas respectivas ações penais. Todos os atos investigativos estão devidamente documentados nos inquéritos e procedimentos que as subsidiam. Todos os atos processuais estão igualmente formalizados nos processos. Todos os atos do Ministério Público e decisões do Poder Judiciário estiveram embasados nos fatos, nas provas e na lei. Além disso, tais atos podem ser, e foram ou serão, revisados em seus próprios termos. Assim, de nada aproveitaria a pretensão do Reclamante de ter acesso a análises preliminares sobre investigações e processos eventualmente existentes em mensagens.

Em relação, por exemplo, à cooperação internacional com os Estados Unidos, objeto específico de questionamento do Reclamante, o assunto já foi sobejamente esclarecido. Até mesmo a Autoridade Central brasileira foi questionada e prestou esclarecimentos, confirmando as informações prestadas pelo Ministério Público Federal. Além disso, a forma de cooperação estabelecida entre a força-tarefa de procuradores do Ministério Público Federal e o *Department of Justice* norte-americano seguiu todas as regras nacionais e internacionais. Justamente por isso, após questionamentos, a atuação em matéria de cooperação internacional foi objeto de análise detida por parte da Corregedoria do Ministério Público Federal e foi reputada perfeitamente legal.

Além de nada aproveitar ao Reclamante a pretensão de ter acesso a análises preliminares sobre investigações e processos eventualmente existentes em mensagens, seu objetivo é muito questionável. No próprio Direito Anglo-Saxão, berço do processo de natureza acusatória e das garantias fundamentais, as eventuais anotações e reflexões prévias às petições apresentadas pelas partes são tratadas como confidenciais – abarcadas pelo *work product privilege*. Do contrário, investigados e réus terão direito a acessar anotações, reflexões e versões preliminares de petições, pareceres e decisões que lhe digam respeito, constantes em computadores de membros da Advocacia Pública, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, algo que nunca se admitiu aqui ou alhures.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Ora, nada disso diz respeito à ampla defesa, e sim o acesso à acusação formalizada, assim como aos fatos apurados e provas que lhe dizem respeito. Se isso for oportunizado ao Reclamante (na hipótese das mensagens terem sido aferidas e periciadas previamente), estará se legitimando que promotores e juízes sejam chamados a depor sobre suas reflexões preliminares sobre casos em que atuam, prévias às manifestações oficiais. Ou, pior, ainda, estará sendo estabelecido um incentivo para que criminosos contratem quem se disponha a invadir residências de magistrados e outras autoridades, ou a furtar e invadir seus equipamentos eletrônicos, para analisar ou utilizar em seu favor, eventuais reflexões informais ou minutas, preliminares e em estado de amadurecimento.

Cabe, por fim, ressaltar, que jamais se apontou a ocorrência, no curso da Operação Lava Jato, de crimes, improbidades ou comportamentos ilícitos tais como a fabricação de acusações, de evidências ou fraudes processuais. Não há nada – nada – que justifique conferir a um réu o acesso a supostas conversas particulares de autoridades responsáveis por suas investigações e processos.

**Dos Arquivos Apreendidos pela Operação *Spoofing*  
Conteúdo Cujá Veracidade Não se Pode Comprovar  
Prova Ilícita e Sem Integridade Comprovada ou Cadeia de Custódia**

A r. decisão proferida nos autos da presente reclamação em 28 de dezembro de 2020, ao deferir o compartilhamento das provas apreendidas pela Operação *Spoofing*, o fez fundamentada, *data maxima venia*, **em premissa equivocada.**

Isso porque, baseou-se no Laudo Pericial n° 1458/2019/DITEC/INC/PF, assim transcrito ao longo da r. decisão:

*“Do citado relatório consta, também, que:*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*“Todos os dispositivos arrecadados foram submetidos a exames pelo Serviço de Perícias em Informática do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, que objetivaram a extração e análise do conteúdo do material, com a elaboração de Laudo Pericial de Informática específico para cada item apreendido”.*

*Atestando a integridade do material periciado, sobretudo a inteireza da respectiva cadeia de custódia, consta, ainda, do referido relatório policial o quanto segue:*

*“Dessa forma, qualquer alteração do conteúdo em anexo aos Laudos (remoção, acréscimo, alteração de arquivos ou parte de arquivos), bem como sua substituição por outro com teor diferente, pode ser detectada”.*

*Na sequência, lê-se o trecho abaixo:*

*“Conforme Laudo Pericial no 1458/2019/DITEC/INC/PF, no MacBook de WALTER DELGATTI NETO havia uma pasta relacionada ao aplicativo de armazenamento de dados em nuvem Dropbox [...], que continha, entre outros dados, uma exportação de conversas do aplicativo Telegram, em formato idêntico ao gerado pelo programa ‘telegram\_backup’. **As conversas exportadas estavam relacionadas ao usuário com o nome configurado ‘Deltan Dallagnol’, sendo que na pasta havia outros arquivos, aparentemente extraídos de outras contas do aplicativo Telegram**”.* (destacou-se e grifou-se)

É imperioso destacar que o Laudo Pericial 1458/2019/DITEC/INC/PF, mencionado na r. decisão acima, prestou-se tão somente relatar o conteúdo dos dados apreendidos naquele momento, **tratando-se, em sua essência, de um auto de apreensão**, por meio do qual se especifica o que efetivamente foi apreendido e permanecerá em poder da Autoridade Policial.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Logo, constatou-se que, **a partir de então**, ou seja, **a partir do momento da apreensão**, “*qualquer alteração do conteúdo em anexo aos Laudos (remoção, acréscimo, alteração de arquivos ou parte de arquivos), bem como sua substituição por outro com teor diferente*” poderia ser detectada.

Tratou-se, portanto, apenas e tão somente, de retratar o momento de interação do Serviço de Inteligência da Polícia Federal com o conteúdo do material apreendido, etapa em que foi elaborado o referido Laudo para que os arquivos fossem a partir de então preservados, impedindo que, posteriormente, pudessem ser editados.

O Laudo atestou a integridade desde o momento de sua elaboração para ao futuro. Contudo, não atestou de modo algum – nem poderia – a integridade do material em relação ao passado. Não atestou que o material examinado foi obtido, e preservado, sem edições, inserções ou adulterações, a partir de uma ou outra conta de aplicativo de troca de mensagens.

DESTA FEITA, CITADO LAUDO NÃO TEVE O CONDÃO DE ATESTAR A FIDEDIGNIDADE DAS SUPOSTAS MENSAGENS, NO SENTIDO DE QUE FIELMENTE RETRATAM AS MENSAGENS ORIGINAIS. Em nenhum momento processual houve, de fato, uma aferição sobre a veracidade das mensagens divulgadas pelos criminosos ou apreendidas em poder deles.

Em outras palavras, em nenhum momento processual houve a comparação entre o que foi apreendido em poder dos hackers e o que efetivamente constava (se é que em algum dia constou) das contas mantidas no telegram pelas vítimas. Também não houve a demonstração de que, tão logo o material fora *hackeado* (obtido criminosamente), foi devidamente preservado, sem adulterações ou edições (acréscimos, alterações ou supressões).

O Laudo assim não fez nenhuma avaliação sobre o passado. Portanto, a assertiva contida no Laudo não significa, de forma nenhuma, eminentes Ministros, que o conteúdo apreendido não tenha sido simplesmente criado, alterado ou mesmo editado, em maior ou menor grau, pelos criminosos **anteriormente ao momento da apreensão**.



KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Tanto é verdade que a própria Autoridade Policial, ao comunicar ao Juízo da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR sobre a entrega integral dos arquivos encontrados em posse de WALTER DELGATTI NETO, em comunicado datado de 12 de janeiro de 2021 (doc. anexo), afirma:

*“Diante dos termos da decisão, consignou-se que a avaliação daquilo que diz respeito direta ou indiretamente ao reclamante exigiria a análise manual de todo o conteúdo apreendido, o que sequer ocorreu no curso da própria OPERAÇÃO SPOOFING, pois o teor das conversas obtidas não era objeto de investigação. Por outro lado, tal análise restaria inviabilizada ante o exíguo prazo e a necessidade de se voltar elevados recursos humanos por grande período de tempo.”*

Ora, se o teor das mensagens não é objeto da Operação *Spoofing*, como poderia o Laudo nº 1458/2019/DITEC/INC/PF atestar qualquer autenticidade das mensagens se aquelas originais, que constavam efetivamente nas nuvens das contas de aplicativos de mensagens das vítimas, não foram propriamente verificadas ???

Além disso, o próprio Reclamante, em seus argumentos, tenta dar uma aparência de veracidade ao conteúdo dos arquivos mencionando a imprensa, supostas perícias e a palavra do corréu Walter Delgatti Neto em uma entrevista.

Ou seja, em nenhum momento o Reclamante se baseia no Laudo mencionado na r. decisão, que não pode, assim, por circunstâncias externas ou mesmo por osmose se tornar uma prova lícita e periciada.

Por outro lado, não se olvide o fato de que as mensagens que foram divulgadas na imprensa podem ter sido alteradas pelos indivíduos que invadiram, de maneira criminosa, notadamente pelo fato de que, além de réus confessos, tais indivíduos têm longas fichas criminais que incluem estelionatos, fraudes e falsidades.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Isso pode ser constatado pela recente entrevista do corréu Walter Delgatti Neto à emissora CNN<sup>1</sup> na qual alegou, de forma leviana, mendaz e mesmo fantasiosa, que o Ministro deste E. STF, LUÍS ROBERTO BARROSO supostamente “*auxiliava*” o Procurador da República Deltan Dallagnol, orientando sobre “*o que colocar na peça, o que falar. Um juiz auxiliando, também, o que deveria fazer um procurador*”.

Tal imprudente assertiva obrigou o Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO a divulgar uma nota à imprensa negando as afirmações feitas por Walter Delgatti Neto, com o seguinte conteúdo:

*"O ministro Luís Roberto Barroso nunca teve o aplicativo "Telegram" e, conseqüentemente, jamais conversou com alguém utilizando essa plataforma. O Ministro jamais prestou qualquer auxílio a procurador da Lava Jato sobre o que colocar em alguma peça. Mais que isso, ele nunca sequer conversou com qualquer procurador da Lava Jato sobre mérito de processos da competência deles. Trata-se de informação falsa."* (destacou-se e grifou-se)

Por óbvio, então, que o material que o réu da Ação Penal vazou para a imprensa, supostas conversas e mensagens trocadas entre agentes públicos, **tem origem absolutamente duvidosa e não pode ser declarada como periciada ou verdadeira, da forma como foi alegado na presente Reclamação.**

É evidente que as mensagens originais, criminosamente invadidas, não tiveram sua autenticidade aferida e, desta feita, não há absolutamente nenhuma comprovação de que o material apreendido com os *hackers*, réus na Ação Penal, não tenham sido criados, adulterados ou editados antes da apreensão ou antes mesmo da entrega das referidas mensagens para a imprensa.

---

<sup>1</sup> <https://www.conjur.com.br/2020-dez-20/lava-jato-curitiba-prender-gilmar-toffoli-hacker>

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Logo, conclui-se que a veracidade do conteúdo das mensagens apreendidas na Operação *Spoofing* não pode ser comprovada e, ainda, é prova ilícita na acepção técnica do termo, conforme abaixo fundamentado, **motivo pelo qual não pode ser compartilhada!**

**A referida prova serve exclusivamente para apuração dos crimes cometidos pelos réus da Ação Penal n° 1015706-59.2019.4.01.3400**, a fim de apurar a efetiva invasão de aplicativos eletrônicos de agentes públicos (crime formal), mas não se presta para provar absolutamente nada do que consta nas referidas mensagens, eis que o conteúdo ficou à mercê dos criminosos durante meses, ocasião em que, além de poderem ter criado tais mensagens, as poderiam também ter editado ou adulterado até o momento da apreensão.

Destaca-se que matéria jornalística em que se baseou o pedido incidental da presente Reclamação, denominada “*Vaza Jato*”, se fundou **exclusivamente** nessas supostas mensagens trocadas entre agentes públicos, em especial alguns dos Procuradores da República, ora Requerentes-Agravantes, por meio do aplicativo *Telegram*, **obtidas, repita-se, de forma manifestamente ilícita e criminosa por hackers já detidos, que figuram como réus na Ação Penal em referência, alguns deles com antecedentes criminais.**

Tais supostas mensagens, além de terem sido obtidas ilicitamente, não foram reconhecidas como verdadeiras pelas vítimas, não possuem sua autenticidade reconhecida e foram claramente passíveis de criação e adulteração por parte dos indivíduos envolvidos com tal vazamento, conforme acima já demonstrado e, portanto, **a utilização das pretensas provas para qualquer que seja a sua finalidade, é completamente desprezível do ponto de vista jurídico.**

Além disso, o eventual reconhecimento de que algum assunto foi tratado, ou de que alguma mensagem específica possa ter ocorrido, não atestaria a autenticidade ou fidedignidade das demais. Basta a corrupção do arquivo ou sua edição, para incluir ou excluir a palavra “não” em alguns trechos, para mudar completamente o sentido de afirmações.

Este é, inclusive, o entendimento da C. Corregedoria Nacional do Ministério Público, quando do julgamento das Reclamações Disciplinares ns°

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

1.00837/2019-58 e 1.00422/2019-93, que decidiram pelos respectivos arquivamentos imediatos, uma vez que baseadas nas supostas mensagens obtidas de maneira ilícita e divulgadas pela imprensa.

Transcrevem-se as correspondentes Ementas abaixo:

*“RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. SUPOSTA ATUAÇÃO FORA DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS. DIVULGAÇÃO NA IMPRENSA DE SUPOSTOS DIÁLOGOS DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE REVELARIAM A ARTICULAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE IMPEACHMENT DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OBTENÇÃO MANIFESTAMENTE ILÍCITA E CRIMINOSA DOS SUPOSTOS DIÁLOGOS PREVIAMENTE ASSENTADA PELA CORREGEDORIA NACIONAL EM OUTRAS RECLAMAÇÕES DISCIPLINARES. AUTENTICIDADE DOS DIÁLOGOS NÃO RECONHECIDA E INDICAÇÃO DA SUA ADULTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DOS SUPOSTOS DIÁLOGOS COMO ELEMENTO PROBATÓRIO. NULIDADE DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO (TEORIA DOS “FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA”). INEXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS APTOS PARA CONFIGURAR ILÍCITO DISCIPLINAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE JUSTA CAUSA, ENQUANTO LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO, A JUSTIFICAR A DEFLAGRAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR PARALELAMENTE INSTAURADA NA ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS APTOS PARA CONFIGURAR ILÍCITO DISCIPLINAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE JUSTA CAUSA, ENQUANTO LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO, A JUSTIFICAR A DEFLAGRAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO DESTA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR, NA FORMA DO ART. 77, INCISO I, DO*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO.*

*1. Reclamação Disciplinar que imputa violação de dever funcional a Membros do Ministério Público da União amparada, exclusivamente, em matéria jornalística que, por sua vez, se baseia em informações de sítio eletrônico da internet anunciando que obteve, de fonte dita anônima, mensagens trocadas por aplicativo de mensagens entre os Reclamados e outros Membros do Ministério Público da União. Ausência de certeza quanto à existência dos diálogos apresentados e quanto à não adulteração das mensagens. Tal contexto torna essa “prova” (rectius: elementos de informação) estéril para os fins de apuração disciplinar.*

*2. Reclamação Disciplinar na Corregedoria-Geral de origem arquivada em virtude da fundamentação exclusiva em elementos de informação decorrentes de obtenção ilícita e criminosa de mensagens eletrônicas supostamente de autoria do membro reclamado.*

*3. Considerando a inexistência de autorização judicial para a interceptação (telefônica ou telemática) das referidas mensagens, sua obtenção se afigura ilícita e criminosa, o que a torna inútil para a deflagração de investigação preliminar. Reconhecimento, no caso, da imprestabilidade da prova ilícita por derivação (Teoria dos “frutos da árvore envenenada”).*

*4. Imputações lastreadas exclusivamente na inferência de que os supostos diálogos demonstrariam a prática de ilícitos funcionais. Impossibilidade de utilização direta ou como elemento indiciário a impulsionar instrução disciplinar*

*5. Arquivamento imperioso da presente reclamação disciplinar, na forma do art. 77, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.” (destacou-se e grifou-se)*

*“RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. IMPERATIVO REGIMENTAL  
PARA INSTAURAÇÃO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR E  
COLETA MÍNIMA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO.  
DIVULGAÇÃO NA IMPRENSA DE SUPOSTOS DIÁLOGOS  
ENTRE JUÍZO FEDERAL E MEMBROS DO MINSITÉRIO*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*PÚBLICO EM APLICATIVO DE MENSAGENS. OBTENÇÃO MANIFESTAMENTE ILÍCITA E CRIMINOSA DOS SUPOSTOS DIÁLOGOS. AUTENTICIDADE DOS DIÁLOGOS NÃO RECONHECIDA E INDICAÇÃO DA SUA POTENCIAL ADULTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DOS SUPOSTOS DIÁLOGOS COMO ELEMENTO PROBATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS APTOS PARA CONFIGURAR ILÍCITO DISCIPLINAR. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE JUSTA CAUSA, ENQUANTO LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO, A JUSTIFICAR A DEFLAGRAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DISCIPLINAR. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. DIÁLOGOS QUE, MESMO QUE EXISTISSEM E HOUVESSEM SIDO CAPTADOS DE FORMA LÍCITA, NÃO CARACTERIZAM INFRAÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO DESTA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR, NA FORMA DO ART. 77, I, DO RICNMP.*

*1. O Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público torna cogente a instauração da Reclamação Disciplinar uma vez preenchidos os requisitos formais da representação inicial. Diferentemente da Notícia de Fato, por exemplo, não se admite o indeferimento da instauração da Reclamação Disciplinar devidamente formalizada*

*2. Reclamação Disciplinar que imputa violação de dever funcional a Membros do Ministério Público amparada, exclusivamente, em notícia de sítio eletrônico da internet anunciando que obteve, de fonte dita anônima, mensagens trocadas pelo aplicativo Telegram entre Procuradores da República e Membro do Poder Judiciário Federal. Frente à negativa dos Membros reclamados, possibilitada exclusivamente pela instauração da presente Reclamação Disciplinar, já que, até então, existiam apenas entrevistas sobre o caso, inexiste certeza sobre a existência dessas mensagens, tampouco sobre a sua não adulteração. Tal contexto torna essa “prova” (rectius: elementos de informação) estéril para os fins de apuração disciplinar.*

*3. Considerando a inexistência de autorização judicial para a interceptação (telefônica ou telemática) das referidas*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

**mensagens, a obtenção destas afigurou-se ilícita e criminosa, o que a torna inútil para a deflagração de investigação preliminar.**

4. *Unicamente em homenagem ao princípio da eventualidade, uma análise perfunctória das mensagens em questão, conjecturando a sua existência e a sua fidedignidade à realidade bem como a autorização judicial para a sua interceptação, não revela ilícito funcional.*

5. *Arquivamento imperioso da presente reclamação disciplinar, na forma do art. 77, I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.” (destacou-se e grifou-se)*

É notório que o material apreendido pela Operação *Spoofing* foi obtido por criminosos e de maneira ilícita, nos termos do artigo 154-A, do Código Penal e artigo 10, da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, **sem qualquer ordem judicial e em completa afronta ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal.**

Ademais, nossa Carta Magna determina, de forma categórica e explícita, que **“são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”** (artigo 5º, LVI, CF).

Tal preceito constitucional ampara, ainda, a legislação acerca da matéria, que veda veementemente a utilização de provas obtidas de maneira ilícita para fundamentar qualquer processo judicial.

Recentemente, é de se destacar, ademais, que no julgamento iniciado em Junho de 2019 do HC 168.052, pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, o próprio Ministro GILMAR MENDES, Relator do caso, acertadamente, proferiu seu voto pela concessão do *habeas corpus*, tendo considerado expressamente nulas as provas produzidas no referido processo, quais sejam, conversas de *whatsapp* obtidas pela polícia com a apreensão do celular do acusado sem a devida ordem judicial.

O culto Ministro Relator asseverou ser inviolável o sigilo das comunicações telefônicas e de dados, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, de acordo com o artigo 5º, incisos X e XII da Constituição Federal.

Referido HC foi finalmente julgado e assim ementado:

*“Habeas corpus. 2. Acesso a aparelho celular por policiais sem autorização judicial. Verificação de conversas em aplicativo WhatsApp . Sigilo das comunicações e da proteção de dados. **Direito fundamental à intimidade e à vida privada.** Superação da jurisprudência firmada no HC 91.867/PA. Relevante modificação das circunstâncias fáticas e jurídicas. Mutação constitucional. **Necessidade de autorização judicial.** 3. Violação ao domicílio do réu após apreensão ilegal do celular. 4. Alega o de fornecimento voluntário do acesso ao aparelho telef nico. 5. Necessidade de se estabelecer garantias para a efetivação do direito   não autoincriminação. **6. Ordem concedida para declarar a ilicitude das provas ilícitas e de todas dela derivadas.**”*

Além disso, o Excelentíssimo Subprocurador Geral da República, Doutor JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO S , quando da apresenta o do parecer da PGR no caso do próprio Reclamante (*Habeas Corpus* N  174.398/PR, 2  Turma deste E. STF), em 02 de dezembro de 2019, também rechaou o uso das mensagens, obtidas de maneira criminosa e publicadas em matérias denominadas “*Vaza Jato*”, para anular processos envolvendo o ex-presidente Lula, tendo entendido que “*tais mensagens são desprovidas de qualquer elemento apto a afastar as teses acusatórias*”.

Constam do parecer da D. PGR (doc. anexo) as seguintes afirma es:



KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*“A invasão dos celulares de Deltan Dallagnol e de Sérgio Moro, seguida da cópia de mensagens por eles trocadas, retrata ação criminosa de gravidade sem precedentes na história do país, na medida em que atenta não apenas contra a privacidade e mesmo a segurança das pessoas envolvidas individualmente consideradas, mas também contra as instituições e as autoridades constituídas da República.”*

*“Percebe-se, portanto, estar-se diante não apenas de um crime comum de invasão de aparelho celular, mas de um ataque ao próprio Estado brasileiro, motivado por razões espúrias até o momento não completamente esclarecidas – o que, pela sua chocante gravidade, reforça a completa inviabilidade de se usar o produto desse crime.”*

Conclui-se, portanto, que os diálogos obtidos de forma ilícita e criminosa, cuja autenticidade não é comprovada e, sobretudo, passível de adulteração (uma vez que o material jamais foi submetido à perícia), constitui prova ilícita que jamais poderia ter sido compartilhada para qualquer uso como determinado na presente Reclamação.

Pelos mesmos motivos – tratar-se de prova obtida de maneira criminosa e inaceitável em qualquer âmbito processual, seja judicial ou administrativo – não é aceitável o pedido de compartilhamento do material probatório obtido com a deflagração da Operação *Spoofing*.

**É nítida a ilegalidade das provas para o fim de compartilhamento pleiteado pelo Reclamante, em especial a afronta ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal e ao princípio do devido processo legal.**

Conforme demonstrado acima, o conteúdo dos arquivos apreendidos pela Operação *Spoofing*, para fins de compartilhamento pretendido com a presente Reclamação, é claramente ilícito e, conseqüentemente, **qualquer**

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

**eventual utilização das referidas provas também será ilícita por derivação, em decorrência da teoria dos frutos da árvore envenenada.**

A mencionada "**Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada**" foi reconhecida pela jurisprudência norte-americana, que determina a inadmissibilidade da prova ilícita por derivação e **amparada pela Jurisprudência deste E. Supremo Tribunal Federal:**

*“Ementa. República, sob pena de os órgãos governamentais incidirem em frontal desrespeito às garantias constitucionalmente asseguradas aos cidadãos em geral e aos contribuintes em particular. - Os procedimentos dos agentes da administração tributária que contrariem os postulados consagrados pela Constituição da República revelam-se inaceitáveis e não podem ser corroborados pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de inadmissível subversão dos postulados constitucionais que definem, de modo estrito, os limites - inultrapassáveis - que restringem os poderes do Estado em suas relações com os contribuintes e com terceiros. A QUESTÃO DA DOCTRINA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA ("FRUITS OF THE POISONOUS TREE"): A QUESTÃO DA ILICITUDE POR DERIVAÇÃO. - Ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas, quer se trate de ilicitude originária, quer se cuide de ilicitude por derivação. **Qualquer novo dado probatório, ainda que produzido, de modo válido, em momento subsequente, não pode apoiar-se, não pode ter fundamento causal nem derivar de prova comprometida pela mácula da ilicitude originária. - A exclusão da prova originariamente ilícita - ou daquela afetada pelo vício da ilicitude por derivação - representa um dos meios mais expressivos destinados a conferir efetividade à garantia do "due process of law" e a tornar mais intensa, pelo banimento da prova ilicitamente obtida, a tutela constitucional que preserva os direitos e prerrogativas que assistem a qualquer acusado em sede processual penal. Doutrina. Precedentes.** - A*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

*doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos "frutos da árvore envenenada") repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal. Hipótese em que os novos dados probatórios somente foram conhecidos, pelo Poder Público, em razão de anterior transgressão praticada, originariamente, pelos agentes estatais, que desrespeitaram a garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar. - Revelam-se inadmissíveis, desse modo, em decorrência da ilicitude por derivação, os elementos probatórios.” (HC 93050 - Órgão julgador: Segunda Turma Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Julgamento: 10/06/2008 Publicação: 01/08/2008, destacou-se e grifou-se)*

*“Ementa. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA – BANDO OU QUADRILHA – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL – CONSUMAÇÃO. O prazo prescricional do delito, à luz da pena máxima cominada em abstrato, é de oito anos. Recebida a denúncia há mais de treze, à míngua de qualquer causa ulterior interruptiva ou suspensiva, opera-se a prescrição da pretensão punitiva estatal. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA – ARTIGO 1º, INCISO I, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967 – TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA – ADEQUAÇÃO. Mostrando-se ilícita a prova originária, porque obtida por Comissão Parlamentar de Inquérito, anulada por pronunciamento jurisdicional transitado em julgado, absolve-se o réu em razão de o acervo probatório restante ser dela derivado. Precedente: Habeas Corpus nº 69.912, Pleno, relator ministro Sepúlveda Pertence, julgado em 16 de dezembro de 1993, Diário de Justiça de 25 de março de 1994.” (AP 341 - Órgão julgador: Primeira Turma, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO; Julgamento: 25/08/2015; Publicação: 02/10/2015, Observação: Acórdão(s) citado(s): (TEORIA DOS FRUTOS DA*

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

ÁRVORE ENVENENADA) HC 69912 (TP). Número de páginas:  
12. Análise: 16/10/2015, JRS.)

Assim sendo, repita-se: o material apreendido pela Operação *Spoofing* serve unicamente como meio de prova dos crimes de invasão de contas em nuvem de aplicativo eletrônico cometidos pelos réus da Ação Penal n° 1015706-59.2019.4.01.3400.

**Tendo em vista a ausência de comprovação específica da veracidade de conteúdo das referidas mensagens, levando-se em consideração que o material foi obtido de maneira criminosa, sua utilização como prova para outros fins acarretará grave violação ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal e ao princípio do devido processo legal, pois se trata de prova ilícita para os fins de compartilhamento pretendido pelo Reclamante.**

Por tais motivos as r. decisões que determinaram o respectivo compartilhamento na presente Reclamação devem ser reformadas, para que **NÃO SEJAM ENTREGUES** os arquivos ao Reclamante e, na hipótese do material já ter sido entregue total ou parcialmente, que o Reclamante seja compelido a devolvê-lo e/ou seja impedido de utilizar-se dos respectivos conteúdos, evitando-se, assim, violação à garantia fundamental prevista pelo inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal, tanto dos Requerentes-Agravantes como dos demais agentes públicos que foram efetivamente vítimas dos crimes apurados pela Ação Penal/Operação *Spoofing*, devendo ser declarado, portanto, como prova ilícita e imprestável todo o acervo constante do material apreendido para fins de compartilhamento e utilização na defesa de processos judiciais ou qualquer outra finalidade.

### **Da Necessidade De Revogação Urgente da Decisão Impugnada**

Diante das razões já expostas, não pairam dúvidas de que os requisitos necessários à revogação em caráter imediato e *inaudita altera pars* da

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

aludida decisão objeto do presente pedido de reconsideração/agravo regimental se encontram efetivamente presentes no caso concreto.

Basicamente se requer, **em caráter imediato, a reconsideração da decisão impugnada** a fim de que sejam revogadas liminarmente as r. decisões proferidas nesta Reclamação que autorizaram o compartilhamento das provas obtidas pela Operação *Spoofing*, determinando-se a devolução do que já foi entregue ao Reclamante sem qualquer distinção (todo material apreendido com o corréu Walter Delgatti Neto e eventualmente com os demais corréus) e, ainda, impedindo o Reclamante de se utilizar do referido material, por se tratar de nítida prova ilícita, determinando-se, outrossim, à D. Autoridade Policial que se abstenha de entregar o restante do material apreendido ao Reclamante, bem como exigindo-se a devolução do que eventualmente já tenha sido entregue, impedindo-se, de todo o modo, o uso por parte do Reclamante para qualquer finalidade.

A demonstração cabal da probabilidade do direito invocado é facilmente inferida dos argumentos devida e exaustivamente desenvolvidos acima, porque fundamentado em entendimento consolidado neste E. Supremo Tribunal Federal no que se refere à ilicitude das provas obtidas de maneira criminosa em afronta ao artigo 5º, inciso XII da Constituição Federal e ao princípio do devido processo legal.

No que tange ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, verifica-se que o indeferimento do pedido de revogação da decisão impugnada e concessão de provimento jurisdicional de urgência ora solicitado poderá implicar a própria ineficácia da decisão final a ser prolatada por esse E. Supremo Tribunal Federal, na medida em que a Autoridade policial já compartilhou com o Reclamante, inadvertidamente, a integralidade de tudo o que foi apreendido com um dos corréus da Ação Penal, evidenciando-se o completo desafio à autoridade das decisões proferidas na presente Reclamação que especificaram muito claramente que o Reclamante poderia obter exclusivamente, cópia do material que lhe diga respeito, direta ou indiretamente, nos exatos termos da determinação datada de 28 de dezembro de 2020, reiterada pela decisão de 22 de janeiro de 2021, ora objeto de impugnação.

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

Portanto, a entrega do material integral e indiscriminado ao Reclamante já é apto a configurar gravíssima violação ao princípio fundamental constitucional da inviolabilidade da intimidade, não apenas dos ora Requerentes-Agravantes, mas também dos demais agentes públicos que tiveram suas contas em aplicativo eletrônico invadidas, sobretudo em se tratando de mensagens cuja autenticidade não se pode comprovar e que já estão aptas a serem vazadas e/ou utilizadas indevidamente por terceiros.

Daí o grave risco de dano irreparável.

Com efeito, é evidente, com o máximo respeito, que a manutenção da decisão que autoriza o compartilhamento de prova ilícita fere os preceitos constitucionais acima referidos e coloca em grave risco a intimidade dos Agravantes e de todos os demais agentes públicos envolvidos no caso, não havendo dúvidas acerca da efetiva presença, no caso dos autos, de todos os requisitos autorizadores à concessão da liminar ora formulada, que ora se requer.

**DO PEDIDO**

Diante do exposto, com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desse Colendo Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Civil, requer a **reconsideração** das decisões objurgadas, a fim de que, *inaudita altera pars*, seja **(i)** revogada a autorização de compartilhamento de provas da Operação *Spoofing* com o Reclamante, para que **NÃO SEJAM ENTREGUES**, pela Autoridade de Polícia Federal, os arquivos ao Reclamante, porque não é vítima, porque aquilo que lhe diz respeito já consta em investigações e processos formais, porque não há demonstração de integridade/autenticidade dos materiais nem de sua cadeia de custódia e porque a prova é ilícita, faltando-lhe interesse na sua obtenção, e porque o eventual acesso a mensagens amplia a lesão à intimidade das vítimas e seus familiares e coloca em risco a sua vida, integridade e segurança;; **(ii)**, na hipótese da efetivação da entrega -- parcial ou total -- do referido material, seja o Reclamante **(ii.1)** compelido a devolvê-lo à mesma Autoridade Policial mediante protocolo de recebimento; e/ou **(ii.2)** seja impedido de utilizar-se dos respectivos conteúdos para qualquer finalidade que seja, inclusive em defesas judiciais, evitando-se, assim, violação à garantia

KNOPFELMACHER  
LOCKE CAVALCANTI  
ADVOGADOS

fundamental prevista pelo inciso X, do artigo 5º da Constituição Federal, tanto dos próprios Requerentes-Agravantes como dos demais agentes públicos que foram vítimas dos crimes apurados pela Ação Penal/Operação *Spoofing*, (iii) seja declarada, pelos fundamentos expostos, como prova ilícita e imprestável todo o acervo/material da Operação *Spoofing*, **para fins de compartilhamento, sendo sua utilização proibida, sob pena de afronta ao artigo 5º, incisos XII e LVI da Constituição Federal e ao Princípio do Devido Processo Legal.**

Sucessivamente, na remota hipótese de V. Exa. entender por bem não reconsiderar de imediato as r. decisões de fls. *retro*, requer a inclusão **urgente urgentíssima** do feito em pauta, para que possa ser processado e apreciado pelo C. Plenário desse E. Supremo Tribunal Federal, nos termos postulados acima, por tratar-se de medida destinada a promover a tão costumeira **JUSTIÇA!**

Reitera, por fim, o pedido de que todas as futuras intimações referentes ao presente feito sejam feitas **exclusivamente** em nome dos advogados **Dr. Marcelo Knoepfelmacher**, inscrito na OAB/SP sob o nº 169.050, e **Dr. Felipe Locke Cavalcanti**, inscrito na OAB/SP sob o nº 93.501, **sob pena de nulidade.**

Termos em que,  
P. deferimento.

De São Paulo, SP, para Brasília, DF,  
em 26 de janeiro de 2021.

MARCELO  
KNOEPFELMACH  
ER:28115964883

Assinado de forma digital por  
MARCELO  
KNOEPFELMACHER:28115964883  
Dados: 2021.01.26 22:12:46 -03'00'

**Marcelo Knoepfelmacher**  
**OAB/SP nº 169.050**

**Felipe Locke Cavalcanti**  
**OAB/SP nº 93.501**